

Carlos Pimenta

*Globalização
e
Sistema Educativo*



FICHA TÉCNICA

Carlos Pimenta. Globalização e Sistema Educativo, escrito em Setembro 2006.

Editado:

PIMENTA, Carlos. 2006. Globalização e Sistema Educativo. *SPN Informação* 10/06, Pag. 18/21

Disponível em:

<http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/>
Opção [Publicações]

Globalização e Sistema Educativo

Carlos Pimenta

É nosso propósito tecer algumas considerações sobre a globalização e as tendências de evolução do sistema educativo, terminando por algumas propostas que possam inverter parcialmente algumas das tendências dominantes do mundo contemporâneo.

O espaço é exíguo para trabalhar em profundidade tais assuntos, mas, mesmo assim, pretendemos fazê-lo de forma aprofundada. A informação e os símbolos que nos envolvem estão de tal modo recheados de banalidades e “evidências” mistificadoras que seria uma ameaça à inteligência e à possibilidade de transformação procedermos de outra forma. Temos, no entanto, que alertar o leitor que caso esteja interessado em desenvolver alguma ideia que aqui apresentamos ou em esclarecer melhor alguma dedução que lhe pareceu ser mais arrojada poderá ler o livro que em 2004 publicámos sobre o assunto¹.

Terminemos estas considerações introdutórias esclarecendo que utilizamos “mundialização” e “globalização” com significados diferentes. Esta, centro do nosso interesse, é “a mundialização hoje”, uma fase da mundialização que se inicia na década de oitenta do século passado, que assumiu e desenvolveu determinadas características, que mais adiante precisaremos. A mundialização é provavelmente inevitável, mas as configurações que assume em cada fase histórica certamente o não é. A globalização, neste sentido, nasceu, cresceu e modificou-se, continuará a modificar-se e dará lugar a outras formas de organização social à escala mundial.

A globalização é uma fase do capitalismo. A propriedade privada dos meios produção e a relação salarial são os seus pilares. Mais especificamente, a globalização acontece numa fase do capitalismo em que existe uma simbiose entre o capital industrial e o capital bancário, em que o domínio económico-social pertence às empresas multinacionais e em que a partilha do mundo colocou algumas economias no “centro” e a grande maioria (em território e população) nas “periferias”.

Apesar de se ter intensificado as relações humanas e institucionais à escala mundial, não existem mudanças quantitativas ou qualitativas nas importações e exportações de bens e serviços que indiciem modificações destas componentes durante este período. Entretanto mantêm-se e reforçam-se as especificidades de participação dos países “mais ricos” e “mais pobres” nos processos de troca, revelando-se claramente as desvantagens do comércio livre para muitos.

Já o investimento directo estrangeiro é um elemento diferencial a ter em conta: tem aumentado significativamente em termos absolutos e relativos, embora de forma desigual nos diversos países. Além disso regista alterações qualitativas na expressão regional, nas formas de relacionamento entre as empresas e na importância das fusões-aquisições de empresas, entre outros aspectos.

As migrações internacionais, outro indicador das relações internacionais continuam predominantemente influenciadas pelas conjunturas, mas intensificou-se nos espaços de integração económica e social, assumiu novas origens e destinos e aumentou a importância dos movimentos clandestinos e o ressurgimento da escravatura.

¹ PIMENTA, Carlos. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Ideias - Economia. Lisboa: Campo da Comunicação.

É na importância, diversidade, mobilidade, propriedade, controlo e organização dos mercados financeiros que se encontra o principal traço diferenciador da globalização em relação a todos os períodos precedentes. O produto da economia mundial e dos diversos países surgem como verbas ridiculamente pequenas ao lado das movimentações financeiras diárias. A aparência é que tudo gira em torno dos mercados financeiros, verdadeiros “buracos negros” do sistema económico mundializado.

Assim, podemos sinteticamente afirmar que esta fase do imperialismo é essencialmente caracterizada pelo reforço da ideologia neoliberal, pelo aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos (isto é de capital-dinheiro totalmente desligado de qualquer processo produtivo), num contexto de articulação e mundialização acelerada dos seus mercados e pela adopção de políticas económicas que reforçam o papel das multinacionais, empresarizam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos. É a adopção à escala mundial das formas de funcionamento do capitalismo americano.

Se esta é uma caracterização essencial, acrescente-se, para se combater fáceis ilusões, que a globalização está associada ao Estado e à acção de estruturas burocráticas mundiais (OMC, FMI, BIRD), que assumem expressamente uma política de “desregulamentação social”, de “desprotecção social”, de imposição às economias marginalizadas de regras de submissão. E quando a força económica não é suficiente surgem as intervenções militares e as guerras.

Todos estes aspectos são compatíveis com uma outra dramática situação que os dados exprimem: as desigualdades económicas e sociais aumentaram, entre países e cidadãos.

A financeirização da economia e a importância crescente do capital fictício é, como referimos e insistimos, um dos elementos caracterizadores, cuja importância quantitativa pode ser expressa em dois simples apontamentos: (1) os activos financeiros nas economias desenvolvidas é quase sempre manifestamente superior ao produto interno bruto anual desses países; (2) o valor diário das transacções nos mercados principal e paralelo (em todo o mundo), em 2001 foi 1,96 vezes o produto interno bruto a nível mundial durante esse mesmo ano.

Essas actividades financeiras são improdutivas, isto é, não criam valor ou, por outras palavras, apropriam-se de valor novo criado noutros sectores de actividade, produtivos. Analisemos como.

Sabemos que os sectores financeiros das economias desenvolvidas sempre, desde os primórdios do capitalismo, se apropriaram de valor novo criado pelos trabalhadores e do rendimento e riqueza das economias subdesenvolvidas, o que hoje continua sob novas formas, também por outros processos, utilizando procedimentos adequados ao desenvolvimento tecnológico actual e dimensão planetária das relações económicas.

A gestão empresarial e política à escala mundial e a passividade dos Estados e das populações permitem transferências avultadas destas para as multinacionais.

A transferência de importantes sectores da Segurança Social para o sector privado, processo a que assistimos um pouco por todo o lado, é outra importante forma de apropriação de recursos para os mercados financeiros. Colocando-se frequentemente mal o problema ou ignorado os novos problemas que a privatização coloca, o que está em causa é a passagem de uma solidariedade social entre gerações para um processo de capitalização individual, o qual garantiria importantíssimos recursos utilizáveis nos mercados financeiros, apesar dos processos de regulação pública existentes

Estes são alguns processos de transferência. Contudo, é nossa convicção que o produto actualmente apropriado pelas vias anteriormente referidas passível de utilização nos mercados financeiros é insuficiente, dadas as características e dinâmicas destas,

nomeadamente em situações de crise. Os mercados financeiros “exigem” a apropriação de produto criado na “economia não contabilizada”, na economia subterrânea.

A persistência da economia subterrânea (das indústrias e mercados informais à droga, da “indústria de guerra” às migrações ao contrabando, etc.), nomeadamente de muitas actividades directamente associadas a actividades produtivas, e a sua ampliação (órgãos humanos, resíduos tóxicos, escravatura, etc.) não são excrescências anómalas da sociedade actual, mas componente imprescindível da reprodução da globalização. As justificações pontuais para a sua existência podem radicar-se no que aparenta ser um entrave à “iniciativa privada” (burocracia ou carga fiscal, por exemplo), como se sociedade pudesse ou devesse existir como uma “selva” sem qualquer tipo de enquadramento jurídico-institucional, mas a principal razão está na ideologia neoliberal e na degenerescência do tecido moral da nossa sociedade.

Os territórios *off-shore*, de Estados muito respeitáveis e onde todas as respeitáveis instituições bancárias estão representadas, são uma das principais “placas giratórias” de transferência de recursos do subterrâneo para o visível, do ilegal para o legal, do informal para o formal

As instituições que prestam serviços de ensino são parte integrante deste processo, tanto mais quanto fazem parte de um sector económico altamente rentável. Provavelmente as tendências de evolução da estrutura etária da população deslocará o centro do negócio para as pós-graduações e a formação ao longo da vida, mas em todas as circunstâncias estamos perante um sector altamente lucrativo.

Por isso mesmo tenderá a verificar-se nos serviços de educação tendências similares às verificadas em relação ao conjunto das actividades económicas:

a) uma intervenção política no sentido da desregularão do ensino público, criando oportunidades de negócio à iniciativa privada;

b) processos de concentração e centralização de actividades de ensino, para o que será fundamental o investimento directo estrangeiro; A imagem de “cientificidade” transmitida por algumas instituições americanas, a tendência de a língua inglesa ser o “esperanto dos tempos modernos”², a crescente internacionalização dos mercados de trabalho mais qualificados são factores fortemente conducentes para que largas percentagens dos serviços de ensino sejam entregues a instituições de capital britânico ou americano.

c) Complementarmente existe todo um conjunto de actuações, quantas vezes sob a capa pedagógica ou científica, para formar quadros social e ideologicamente apoiantes, ou pelo menos não obstaculizadores, da “nova ordem mundial do capital”.

Estas constatações apoiam-se na aplicação dos princípios gerais da dinâmica da globalização a este sector económico, mas também na observação de diversos processos em curso à escala europeia e mundial.

² A utilização generalizada do inglês na comunicação entre os homens à escala mundial, nomeadamente nas áreas científicas, tem enormíssimas vantagens, numa época em que a distância geográfica deixou de ser um obstáculo intransponível para se trabalhar em conjunto ou simplesmente comunicar. Contudo, dizer que o inglês é o esperanto dos tempos modernos, como frequentemente se afirma nos meios universitários, é ignorar que o esperanto não estava ao serviço de nenhum projecto político de dominação mundial enquanto o inglês é uma ramificação da dominação do capital americano. Além disso a utilização sistemática do inglês, mesmo quando a comunicação se faz entre portugueses, e não só, é uma forma dos conhecimentos científicos só circularem pela “comunidade científica” e não contribuírem para o enriquecimento do conhecimento corrente, para a expansão cultural dos povos.

Quais as frentes de intervenção político-sindical que uma tal situação levanta?

Na nossa opinião essencialmente as seguintes?

a) Defesa da componente pública do ensino como garantia do acesso a todos os cidadãos e como núcleo fundamental de consolidação de uma cultura radicada no local e no nacional.

b) Um ensino de excelência que garanta uma qualidade de formação cívica e de preparação técnica da força de trabalho capazes de contribuir para a criação de espaços de valorização do local.

c) Um maior entrelaçamento (inevitavelmente multifacetado e multireferencial) entre o ensino/educação e a qualidade de vida das populações.

A importância da economia subterrânea coloca também num primeiro plano as questões éticas, por razões de formação, de cidadania e de estratégia de luta. Como já tivemos a oportunidade de afirmar publicamente

“o entrelaçamento orgânico e indispensável entre globalização e economia subterrânea coloca as questões éticas num primeiro plano. Questões éticas que não surgem por um qualquer imperativo categórico explicitado por um conjunto de princípios filosóficos ou religiosos, mas porque alguns dos valores essenciais da humanidade foram postos em causa e tal gerou agravamento das desigualdades, exploração desenfreada. (...) Provavelmente muitos dos nossos compatriotas desta “aldeia global” pouco saberão sobre a globalização, terão tendência para considerar como inevitável a dinâmica actual das sociedades, mas aceitarão combater o tráfico de órgãos humanos, a produção e comercialização das drogas, os negócios de guerra, a candonga na eliminação dos lixos tóxicos, a escravatura humana, a corrupção. *A frente ética de luta contra a globalização é socialmente bastante mais ampla que a luta económica contra os efeitos nefastos desta mundialização ou contra a sociedade capitalista que a gera.*”

A reconstrução do tecido social assente na ética exige uma forte intervenção social, um combate político, uma luta corajosa de todos quantos a defendem. Exige uma educação universal, científica, crítica, imaginativa, livre, irreverente, sem subserviência a ideias e poderes, com a participação e vigilância de todos nós, em todos os níveis de ensino.

Globalização e sistema educativo

Os territórios *off-shore* são uma das principais placas giratórias de transferência de recursos do subterrâneo para o visível, do ilegal para o legal, do informal para o formal. As instituições que prestam serviços de ensino são parte integrante deste processo, tanto mais quanto fazem parte de um sector económico altamente rentável. Por isso, tenderão a verificar-se nos serviços de Educação tendências similares às verificadas em relação ao conjunto das actividades económicas. Contrariando esta perspectiva, a reconstrução do tecido social assente na ética exige uma Educação universal, científica, crítica, imaginativa, livre, irreverente, sem subserviência a ideias e poderes, com a participação e vigilância de todos nós, em todos os níveis de ensino.



Adriano Rangel

É nosso propósito tecer algumas considerações sobre a globalização e as tendências de evolução do sistema educativo, terminando por algumas propostas que possam inverter parcialmente algumas das tendências dominantes do mundo contemporâneo.

O espaço é exíguo para trabalhar em profundidade tais assuntos, mas, mesmo assim, pretendemos fazê-lo de forma aprofundada. A informação e os símbolos que nos envolvem estão de tal modo recheados de banalidades e "evidências" mistificadoras que seria uma ameaça à inteligência e à possibilidade de transformação procedermos de outra forma. Temos, no entanto, que alertar o leitor que, caso esteja interessado em desenvolver alguma ideia que aqui apresentamos ou em esclarecer melhor alguma dedução que lhe pareceu ser mais arrojada, poderá ler o livro que em 2004 publicámos sobre o assunto ⁽¹⁾.

Terminemos estas considerações introdutórias esclarecendo que utilizamos "mundialização" e "globalização" com significados diferentes. Esta, centro do nosso interesse, é "a mundialização hoje", uma fase da mundialização que se inicia na década de oitenta do século passado, que assumiu e desenvolveu determinadas características, que mais adiante precisaremos. A mundialização é provavelmente inevitável, mas as configurações que assume em cada fase histórica certamente o não é. A globalização, neste sentido, nasceu, cresceu e modificou-se, continuará a modificar-se e dará lugar a outras formas de organização social à escala mundial.

Carlos Pimenta,

Faculdade de Economia do Porto

Reforço da ideologia dominante

A globalização é uma fase do capitalismo. A propriedade privada dos meios de produção e a relação salarial são os seus pilares. Mais especificamente, a globalização acontece numa fase do capitalismo em que existe uma simbiose entre o capital industrial e o capital bancário, em que o domínio económico-social pertence às empresas multinacionais e em que a partilha do mundo colocou algumas economias no "centro" e a grande maioria (em território e população) nas "periferias".

Apesar de se terem intensificado as relações humanas e institucionais à escala mundial, não existem mudanças quantitativas ou qualitativas nas importações e exportações de bens e serviços que indiquem modificações destas componentes durante este período. Entretanto, mantêm-se e reforçam-se as especificidades de participação dos países "mais ricos" e "mais pobres" nos processos de troca, revelando-se claramente as desvantagens do comércio livre para muitos.

Já o investimento directo estrangeiro é um elemento diferencial a ter em conta – tem aumentado significativamente em termos absolutos e relativos, embora de forma desigual nos diversos países. Além disso, regista alterações qualitativas na expressão regional, nas formas de relacionamento entre as empresas e na importância das fusões-aquisições de empresas, entre outros aspectos.



As migrações internacionais, outro indicador das relações internacionais continuam predominantemente influenciadas pelas conjunturas, mas intensificou-se nos espaços de integração económica e social, assumiu novas origens e destinos e aumentou a importância dos movimentos clandestinos e o ressurgimento da escravatura.

É na importância, diversidade, mobilidade, propriedade, controlo e organização dos mercados financeiros que se encontra o principal traço diferenciador da globalização em relação a todos os períodos precedentes. O produto da economia mundial e dos diversos países surge como verbas ridiculamente pequenas ao lado das movimentações financeiras diárias. A aparência é que tudo gira em torno dos mercados financeiros, verdadeiros "buracos negros" do sistema económico mundializado.

Assim, podemos sinteticamente afirmar que esta fase do imperialismo é essencialmente caracterizada pelo reforço da ideologia neoliberal, pelo aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos – isto é, de capital-dinheiro totalmente desligado de qualquer processo produtivo –, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos seus mercados e pela adopção de políticas económicas que reforçam o papel das multinacionais, empresariam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos. É a adopção, à escala mundial, das formas de funcionamento do capitalismo americano.

Da desregulação social à apropriação de valores

Se esta é uma caracterização essencial, acrescente-se, para se combater fáceis ilusões, que a globalização está associada ao Estado e à acção de estruturas burocráticas mundiais (OMC, FMI, BIRD), que assumem expressamente uma política de "desregulamentação social", de "desprotecção social", de imposição às economias marginalizadas de regras de submissão. E quando a força económica não é suficiente, surgem as intervenções militares e as guerras.

Todos estes aspectos são compatíveis com uma outra dramática situação que os dados exprimem: as desigualdades económicas e sociais aumentaram, entre países e cidadãos. A financeirização da economia e a importância crescente do capital fictício é, como referimos e insistimos, um dos elementos caracterizadores, cuja importância quantitativa pode ser expressa em dois simples apontamentos:

1. os activos financeiros nas economias desenvolvidas são quase sempre manifestamente superiores ao produto interno bruto anual desses países;
2. em 2001, o valor diário das transacções nos mercados principal e paralelo (em todo o mundo) foi 1,96 vezes o produto interno bruto a nível mundial durante esse mesmo ano.

Essas actividades financeiras são improdutivas, isto é, não criam valor ou, por outras palavras, apropriam-se de valor novo criado noutros sectores de actividade produtivos. Analisemos como. +

Mercados financeiros “absorvem” economia subterrânea

Sabemos que os sectores financeiros das economias desenvolvidas sempre, desde os primórdios do capitalismo, se apropriaram de valor novo criado pelos trabalhadores e do rendimento e riqueza das economias subdesenvolvidas, o que hoje continua sob novas formas, também por outros processos, utilizando procedimentos adequados ao desenvolvimento tecnológico actual e à dimensão planetária das relações económicas.

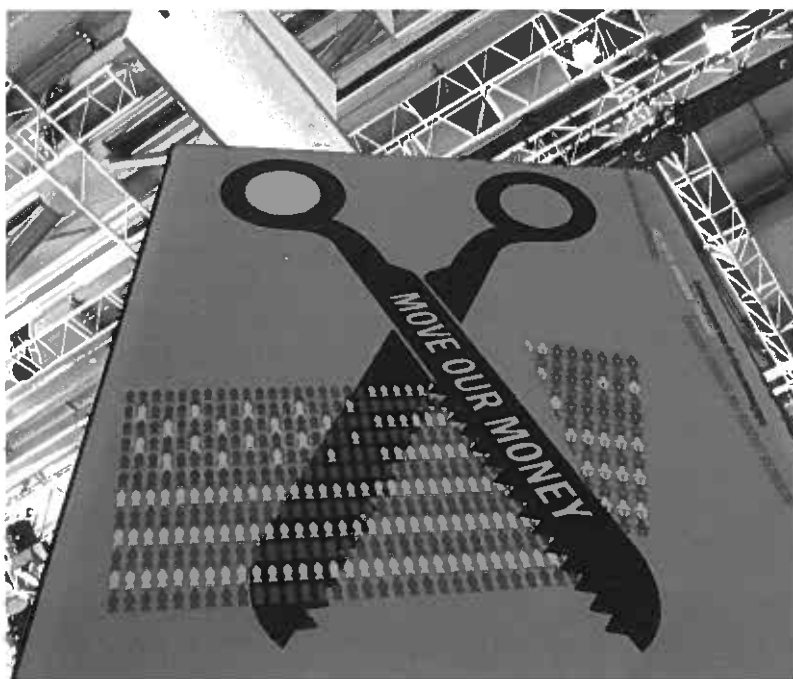
A gestão empresarial e política à escala mundial e a passividade dos Estados e das populações permitem transferências avultadas destas para as multinacionais.

A transferência de importantes sectores da Segurança Social para o sector privado, processo a que assistimos um pouco por todo o lado, é outra importante forma de apropriação de recursos para os mercados financeiros. Colocando-se frequentemente mal o problema, ou ignorados os novos problemas que a privatização coloca, o que está em causa é a passagem de uma solidariedade social entre gerações para um processo de capitalização individual, o qual garantiria importantíssimos recursos utilizáveis nos mercados financeiros, apesar dos processos de regulação pública existentes.

Estes são alguns processos de transferência. Contudo, é nossa convicção que o produto actualmente apropriado pelas vias anteriormente referidas, passível de utilização nos mercados financeiros, é insuficiente, dadas as características e dinâmicas destas, nomeadamente em situações de crise. Os mercados financeiros “exigem” a apropriação de produto criado na “economia não contabilizada”, na economia subterrânea.

A persistência da economia subterrânea – das indústrias e mercados informais à droga, da “indústria de guerra” às migrações, ao contrabando, etc. –, nomeadamente de muitas actividades directamente associadas a actividades produtivas, e a sua ampliação (órgãos humanos, resíduos tóxicos, escravatura, etc.), não são excrescências anómalas da sociedade actual, mas componente imprescindível da reprodução da globalização. As justificações pontuais para a sua existência podem radicar-se no que aparenta ser um entrave à “iniciativa privada” (burocracia ou carga fiscal, por exemplo), como se a sociedade pudesse ou devesse existir como uma “selva” sem qualquer tipo de enquadramento jurídico-institucional, mas a principal razão está na ideologia neoliberal e na degenerescência do tecido moral da nossa sociedade.

Os territórios *off-shore*, de Estados muito respeitáveis e onde todas as respeitáveis instituições bancárias estão representadas, são uma das principais “placas giratórias” de transferência de recursos do subterrâneo para o visível, do ilegal para o legal, do informal para o formal



Inês Rangel

Repercussões no sistema de ensino

As instituições que prestam serviços de ensino são parte integrante deste processo, tanto mais quanto fazem parte de um sector económico altamente rentável. Provavelmente as tendências de evolução da estrutura etária da população deslocará o centro do negócio para as pós-graduações e a formação ao longo da vida, mas em todas as circunstâncias estamos perante um sector altamente lucrativo.

Por isso mesmo, tenderão a verificar-se nos serviços de Educação tendências similares às verificadas em relação ao conjunto das actividades económicas:

- a) uma intervenção política no sentido da desregulação do ensino público, criando oportunidades de negócio à iniciativa privada;
- b) processos de concentração e centralização de actividades de ensino, para o que será fundamental o investimento directo estrangeiro. A imagem de “cientificidade” transmitida por algumas instituições americanas, a tendência de a Língua Inglesa ser o “esperanto dos tempos modernos”⁽²⁾ e a crescente internacionalização dos mercados de trabalho mais qualificados, são factores fortemente conducentes para que largas percentagens dos serviços de ensino sejam entregues a instituições de capital britânico ou americano; +

c) complementarmente, existe todo um conjunto de actuações, quantas vezes sob capa pedagógica ou científica, para formar quadros social e ideologicamente apoiantes, ou pelo menos não obstaculizadores, da "nova ordem mundial do capital". Estas constatações apoiam-se na aplicação dos princípios gerais da dinâmica da globalização a este sector económico, mas também na observação de diversos processos em curso à escala europeia e mundial.

Cidadania e estratégias de luta

Quais as frentes de intervenção político-sindical que uma tal situação levanta? Na nossa opinião, essencialmente as seguintes:

- a) defesa da componente pública do ensino como garantia do acesso de todos os cidadãos e como núcleo fundamental de consolidação de uma cultura radcada no local e no nacional;
- b) um ensino de excelência que garanta uma qualidade de formação cívica e de preparação técnica da força de trabalho capazes de contribuírem para a criação de espaços de valorização do local;
- c) um maior entrelaçamento (inevitavelmente multifacetado e multi-referencial) entre o ensino/educação e a qualidade de vida das populações.

A importância da economia subterrânea coloca também num primeiro plano as questões éticas, por razões de formação, de cidadania e de estratégia de luta. Como já tivemos a oportunidade de afirmar publicamente, "o

entrelaçamento orgânico e indispensável entre globalização e economia subterrânea coloca as questões éticas num primeiro plano. Questões éticas que não surgem por um qualquer imperativo categórico explicitado por um conjunto de princípios filosóficos ou religiosos, mas porque alguns dos valores essenciais da humanidade foram postos em causa e tal gerou agravamento das desigualdades, exploração desenfreada. (...) Provavelmente muitos dos nossos compatriotas desta 'aldeia global' pouco saberão sobre a globalização, terão tendência para considerar como inevitável a dinâmica actual das sociedades, mas aceitarão combater o tráfico de órgãos humanos, a produção e comercialização das drogas, os negócios de guerra, a candonga na eliminação dos lixos tóxicos, a escravatura humana, a corrupção. A *frente ética de luta contra a globalização é socialmente bastante mais ampla que a luta económica contra os efeitos nefastos desta mundialização ou contra a sociedade capitalista que a gera*".

A reconstrução do tecido social assente na ética exige uma forte intervenção social, um combate político, uma luta corajosa de todos quantos a defendem. Exige uma Educação universal, científica, crítica, imaginativa, livre, irreverente, sem subserviência a ideias e poderes, com a participação e vigilância de todos nós, em todos os níveis de ensino. ■

(1) Pimenta, Carlos. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Ideias - Economia. Lisboa: Campo da Comunicação.

(2) A utilização generalizada do Inglês na comunicação entre os homens à escala mundial, nomeadamente nas áreas científicas, tem enormíssimas vantagens, numa época em que a distância geográfica deixou de ser um obstáculo intransponível para se trabalhar em conjunto ou simplesmente comunicar. Contudo, dizer que o Inglês é o "esperanto dos tempos modernos", como frequentemente se afirma nos meios universitários, é ignorar que o esperanto não estava ao serviço de nenhum projecto político de dominação mundial, enquanto o Inglês é uma ramificação da dominação do capital americano. Além disso, a utilização sistemática do Inglês, mesmo quando a comunicação se faz entre portugueses, e não só, é uma forma de os conhecimentos científicos só circularem pela "comunidade científica" e não contribuírem para o enriquecimento do conhecimento corrente, para a expansão cultural dos povos.